17.4 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer dos métodos de seleção é equivalente à desistência do presente procedimento concursal.

18 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração dos métodos serão facultados aos candidatos sempre que solicitados.

19 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro.

20 — Os candidatos aprovados em cada método são convocados para a realização do método seguinte através de uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da mesma portaria.

De acordo com o n.º 1 do mesmo artigo 30.º os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no seu n.º 3 para a realização da audiência dos interessados.

21 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público nas instalações do ISA, e disponibilizada na sua página eletrónica nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da supra referida portaria.

22 — Composição e identificação do Júri:

Presidente: Prof. Doutora Maria da Graça Corte-Real Mira da Silva Abrantes, Vice-Presidente do Conselho de Gestão;
Vogais efetivos:

Licenciada Orlanda Cristina Ramos Timas, Diretora de Serviços;
Licenciada Ester Maria Teixeira de Moraes Sarmento, Técnica Superior;

Vogais suplentes:

Mestre Graça Maria Pissarra Fernandes, Técnica Superior;
Doutora Ana Cristina Ferreira da Cunha Queda Vice-Presidente do Conselho de Gestão.

O presidente do Júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pela vogal que lhe suceder na ordem supra referida.

8 de março de 2015. — A Presidente do Instituto Superior de Agronomia, *Prof.ª Doutora Amarilis de Varennes*.

ANEXO

Bibliografia para a prova de conhecimentos

A legislação e demais bibliografia necessárias à preparação dos temas são as seguintes:

Novo regime de administração financeira do Estado (Decreto-Lei n.º 155/92 de 28 de julho);

Lei 35/2014, de 20 de junho (aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual (Código do Trabalho)

Decreto-Lei n.º 272/88 de 3 agosto (Equiparação a bolseiro de funcionários e agentes da Administração Pública)

Decreto-Lei n.º 282/89 de 23 de agosto (Equiparação a bolseiro de funcionários e agentes da Administração Pública fora do país)

Código do Procedimento Administrativo (Redação atual e alteração efetuada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro);

Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro);

Estatutos da Universidade de Lisboa (Despacho normativo n.º 5-A/2013, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77 de 19 de abril de 2013);

Estatutos do Instituto Superior de Agronomia (Despacho n.º 339/2014, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5 de 8 de janeiro de 2014);

Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, todas as suas versões);

Regulamento dos fundos europeus estruturais e de investimento (Portaria n.º 57-A/2015 — DR n.º 41/2015, 1.º Suplemento, Série I de 2015-02-27);

Regulation (EU) No 1291/2013 of the European Parliament and of the Council of 11 December 2013 establishing Horizon 2020 — the Framework Programme for Research and Innovation (2014-2020) and repealing Decision No 1982/2006/EC;

Regulation (EU) No 1290/2013 of the European Parliament and OF the Council of 11 December 2013 — laying down the rules for participation and dissemination in Horizon 2020 — the Framework Programme for Research and Innovation (2014-2020) and repealing Regulation (EC) No 1906/2006;

Regulamento de Acesso a Financiamento de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (Aviso n.º 17842/2010, alterado com o Aviso n.º 8484/2011, Decreto-Lei n.º 68, de 2011-04-06

e de acordo com o Aviso n.º 16581/2011, DL. n.º 163, Série II, de 2011-08-25;

Regulamento de Bolsas de Investigação da Universidade de Lisboa (Despacho n.º 6984/2014, DL. n.º 102, Série II de 2014-05-28);

Regulamento de Bolsas de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP2015;

Poc — Educação Explicado — Domingos Cravo, João Carvalho; Orlando Fernandes; editora Rei dos Livros, Lisboa, 2001.

208664955

Instituto Superior Técnico

Despacho n.º 5918/2015

Assunção de encargos plurianuais

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 491/2014, da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Educação e Ciência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro, decido:

1 — Autorizar a assunção dos encargos decorrentes da execução dos Contratos n.º 15/NGAC/2014, a partir desta data, pelo montante máximo de € 102 294,33, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2015 — € 58.453,90 a que acresce o IVA;

Ano de 2016 — € 43.840,43 a que acresce o IVA.

2 — O montante fixado em cada ano pode ser acrescido do saldo apurado no ano que antecede.

3 — Os encargos emergentes dos referidos contratos são suportados por receitas próprias do Instituto Superior Técnico, inscritas e a inscrever no seu orçamento.

4 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura, 30 de janeiro de 2015.

20 de maio de 2015. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *Arlindo Manuel Limede de Oliveira*.

208664444

Despacho n.º 5919/2015

Assunção de encargos plurianuais

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 491/2014, da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Educação e Ciência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro, decido:

1 — Autorizar a assunção dos encargos decorrentes da execução dos Contratos n.º 07/NGAC/2015, a partir desta data, pelo montante máximo de € 101 424,00, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2015 — € 84.520,00 a que acresce o IVA;

Ano de 2016 — € 16.904,00 a que acresce o IVA.

2 — O montante fixado em cada ano pode ser acrescido do saldo apurado no ano que antecede.

3 — Os encargos emergentes dos referidos contratos são suportados por receitas próprias do Instituto Superior Técnico, inscritas e a inscrever no seu orçamento.

4 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura, 31 de março de 2015.

21 de maio de 2015. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *Arlindo Manuel Limede de Oliveira*.

208665781

Despacho n.º 5920/2015

Assunção de encargos plurianuais

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 491/2014, da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro